



Diferenciação ideológica das opiniões do eleitorado após a ascensão das novas elites de direita¹

Diego Sanches Corrêa² 

Este artigo analisa o processo de diferenciação ideológica das opiniões do eleitorado brasileiro após a emergência política de Jair Bolsonaro em 2018. Como resultado da polarização política entre as elites, eleitores foram estimulados a se identificarem ideologicamente e a adotarem opiniões consistentes com sua autoidentificação. Para demonstrar o fenômeno, foram analisados dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2014, 2018 e 2022. Esses dados mostram que divergências ideológicas em relação a dois temas politicamente sensíveis, as cotas raciais e a lisura do processo eleitoral, só se tornaram significantes após alcançarem grande visibilidade pública, motivada por declarações de Jair Bolsonaro e das novas elites da direita. Fenômeno similar pode ter ocorrido com diversos temas culturais e econômicos, de acordo com evidências do *survey* de 2022. Esses achados sugerem que o significado de rótulos ideológicos é fluido e objeto de contínua reelaboração social.

Palavras-chave: ideologia; polarização política; rótulos ideológicos; formação de opinião; cotas raciais; processo eleitoral.

Introdução³

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou uma significativa guinada conservadora na política brasileira. *Surveys* com parlamentares o colocam à direita de todos os presidentes que governaram o país desde a redemocratização (Zucco Jr; Power, 2024) e um *survey* com especialistas o posiciona à direita de todos os presidentes latino-americanos contemporâneos, com exceção do guatemalteco Jimmy Morales (Wiesehomeier; Singer; Ruth-Lovell, 2021). Sua chegada ao poder deu visibilidade e protagonismo a novas elites identificadas com a direita, favorecendo a disseminação de mensagens em prol de pautas e valores conservadores em veículos de comunicação de

¹ Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste artigo foi disponibilizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), Universidade Estadual de Campinas, e pode ser acessado em <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>.

² Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. São Bernardo do Campo (SP), Brasil. E-mail: diego.correa@ufabc.edu.br

³ Versões anteriores deste artigo foram apresentadas no Seminário do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFABC e nos encontros da ABCP e da ANPOCS de 2024. Agradeço aos participantes destes encontros e aos dois pareceristas anônimos da revista Opinião Pública pelas valiosas contribuições. Eventuais falhas são de minha exclusiva responsabilidade.

massa e mídias sociais. Liberalização das armas, escola sem partido, combate à ideologia de gênero, expansão do garimpo e agricultura em áreas de proteção ambiental, fim das cotas raciais, adoção do voto impresso, tratamento precoce com medicamentos sem eficácia comprovada e não obrigatoriedade das vacinas são alguns exemplos de pautas que ganharam visibilidade incomum após as eleições de 2018. Além de promover intensa polarização nos debates entre as elites políticas, uma consequência imediata desta nova conjuntura foi a de estimular eleitores a se autoidentificarem ideologicamente e a adotarem opiniões sobre temas que provavelmente nunca lhes haviam despertado tanto interesse.

Este artigo tem por objetivo analisar o padrão de opiniões e mudanças no perfil ideológico do eleitorado brasileiro nos últimos dez anos, período de maior polarização⁴ entre as elites políticas brasileiras desde a redemocratização (Zucco Jr; Power, 2024). O aumento da distância ideológica entre as elites permite aos eleitores compreender com mais clareza o significado de rótulos ideológicos, bem como as ideias, partidos e lideranças associados a esses rótulos, principalmente nos segmentos mais instruídos e atentos à política (Lachat, 2008; Lau *et al.*, 2013; Zaller, 1992). Portanto, é esperada a ocorrência de dois fenômenos simultâneos e complementares, sem haver necessariamente uma sequência ou relação de causalidade entre eles. O primeiro é o aumento da autoidentificação com rótulos ideológicos representativos de valores e atitudes políticas, ainda que fluidos e não totalmente compreensíveis pelos eleitores que os adotam. Exemplos de rótulos ideológicos mais ou menos disseminados em contextos e tempos distintos são: conservador, liberal, socialista, comunista, trabalhista e fascista, além de direita, centro e esquerda. A autoidentificação com rótulos ideológicos é comumente chamada de ideologia simbólica pela literatura (Ellis; Stimson, 2012). Se a direita era “envergonhada” antes deste período de polarização ideológica (Pierucci, 1987; Zucco Jr, 2011), ela se reorganizou social e politicamente, reativando o conservadorismo e estimulando o eleitorado a também se identificar com os rótulos “esquerda” e “direita” (Fuks; Marques, 2020; Singer, 2021).

O segundo fenômeno é a maior consistência entre identidade ideológica e opiniões sobre questões políticas novas e antigas, sejam elas ideológicas ou conjunturais, à medida que essas questões se tornam mais visíveis em um ambiente polarizado. A estrutura de opiniões sobre diferentes temas econômicos, sociais e culturais é denominada ideologia operacional pela literatura. Eleitores menos instruídos e atentos à política tendem, com maior frequência, a adotar posições políticas desconectadas dos rótulos com que se identificam, pois a adoção de uma identidade ideológica e a formação de opiniões políticas seguem dinâmicas próprias (Ellis; Stimson, 2012). Apesar disso, num contexto em que o governo é controlado pelo presidente mais extremista desde a redemocratização e em que as elites políticas se encontram mais polarizadas ideologicamente, os eleitores são

⁴ Analisando os mesmos dados do *Brazilian Legislative Surveys* (BLS), Borba *et al.* (2024) não acreditam que as elites políticas brasileiras estão polarizadas, apesar de concordarem que os partidos estão mais diferenciados ideologicamente.

estimulados a formar opinião sobre temas para os quais possivelmente não tinham dado importância antes.

Não há ordem sequencial necessária entre esses dois fenômenos. Um eleitor pode, por exemplo, ter valores e opiniões sobre questões políticas sem ter uma identidade ideológica e, depois, adotar o rótulo que melhor corresponde às suas opiniões (Gidron, 2020). Outro eleitor pode se identificar ideologicamente com um rótulo e utilizá-lo como atalho para aprender quais posições adotar conforme as questões vão ganhando visibilidade (Zaller, 1992). Neste caso, adotaria posições similares às de lideranças, influenciadores ou colegas identificados com os mesmos rótulos ideológicos. Além disso, as posições políticas mais associadas a um determinado rótulo ideológico são fluidas (de Vries; Hakhverdian; Lancee, 2013). O que eram atitudes típicas da esquerda no passado, como a crítica às urnas eletrônicas e aos meios de comunicação de massa, podem se tornar opiniões típicas da direita no momento subsequente.

A literatura brasileira sobre comportamento eleitoral, influenciada pela escola de Michigan, foi tradicionalmente cética em relação à capacidade do eleitor brasileiro de compreender o significado de rótulos ideológicos e de expressar preferências e opiniões políticas de forma ideologicamente coerente (Lamounier, 1978; Reis, 1978; Almeida, 2001; Carreirão, 2002; Oliveira; Turgeon, 2015; Pereira, 2020). Não obstante, este artigo demonstra que, nos últimos anos, a identificação ideológica dos eleitores passou a ter uma associação mais forte com as opiniões políticas, seja porque eleitores autoidentificados ideologicamente assimilaram as posições mais coerentes com sua autoidentificação, seja porque eleitores passaram a se autoidentificar com o rótulo ideológico mais coerente com suas opiniões. É provável que isso tenha sido consequência da disseminação de mensagens pelas novas elites políticas de direita sobre pautas que ganharam alta visibilidade, e também de mensagens reativas das elites tradicionais e institucionais em defesa de suas posições.

A próxima seção discute o conceito de identificação ideológica e seu grau de consistência com opiniões sobre questões políticas. O tradicional ceticismo vem sendo substituído pelo reconhecimento da maior importância da ideologia dos eleitores nos últimos anos. Em seguida, é discutido em termos gerais o processo pelo qual os eleitores formam suas opiniões. Os temas precisam se tornar visíveis, o que estimula a disseminação de mensagens pelas elites, sinalizando as posições mais coerentes com cada rótulo ideológico. Na seção subsequente, é demonstrado, com base em dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), que eleitores de direita e de esquerda atentos à política só passaram a adotar posições divergentes em dois temas sensíveis, as cotas raciais e a lisura do processo eleitoral, depois que eles se tornaram excepcionalmente visíveis. Essa visibilidade foi consequência da ascensão política de Jair Bolsonaro e de novas elites da direita, os quais disseminaram mensagens sinalizando suas posições. Em seguida, é analisado o padrão de opiniões sobre seis temas afins às diferentes dimensões da ideologia operacional entre eleitores identificados com a esquerda e com a direita. Na última seção, são extraídas implicações desses achados para interpretações sobre o atual cenário de polarização ideológica do país.

Identidade ideológica e opiniões

Na política, os eleitores tendem a construir identidades com base em partidos, lideranças ou rótulos ideológicos. A importância desses “objetos políticos” como referenciais identitários varia entre os países e ao longo do tempo. No Brasil, diversos autores destacam a importância dos partidos, em especial do PT, como base identitária capaz de afetar o comportamento político (Braga; Pimentel Jr, 2011; Samuels; Zucco Jr, 2014). A identidade partidária tende a ser um forte preditor do voto em modelos estatísticos baseados em pesquisas de opinião, apesar de apenas parte do eleitorado brasileiro se identificar com partidos políticos (Carreirão; Kinzo, 2004; Ribeiro; Carreirão; Borba, 2011; Nicolau, 2014). Mais recentemente, autores têm observado que a rejeição ao PT, isto é, o “antipetismo”, também se associa ao voto (Samuels; Zucco Jr, 2018), o que indica a força desse partido como motivador do comportamento político em nossa história recente.

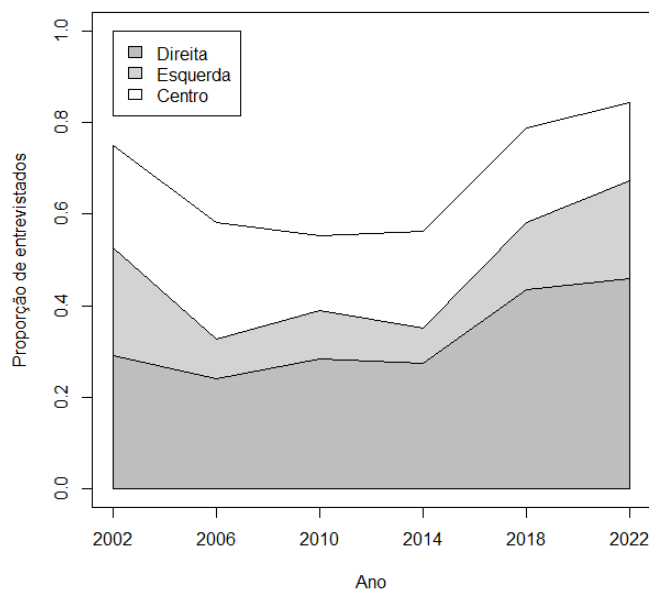
Líderes também podem se tornar símbolos políticos identitários capazes de orientar comportamentos. Como fenômeno de massa, a adesão a lideranças carismáticas influencia votos, atitudes e opiniões. Assim como a literatura de décadas atrás analisou fenômenos como o getulismo (Gomes; D’Araújo, 1989), o ademarismo (Gomes, 1996), o lacerdismo (Soares, 1965), o janismo e o malufismo (Pierucci, 1987), a recente tem se esforçado para caracterizar e analisar o lulismo (Singer, 2009, 2012) e o bolsonarismo (Rennó, 2022). No Brasil, a polarização política está bastante associada à adesão de parte do eleitorado a Lula e a Bolsonaro, duas personalidades antagônicas. Como bases identitárias, a relevância dessas lealdades levou Nunes e Traumann (2023) a sugerirem estarmos vivendo em “Lulanaro”.

Mais longevos que líderes políticos em democracias consolidadas, os partidos tendem a ser referências estáveis para o significado de nomenclaturas ideológicas, como esquerda e direita, conservador e liberal, extremista e moderado. Nas mensagens que transmitem aos eleitores através de manifestos, discursos de líderes e debates na TV, podem rotular a si próprios e a seus adversários com base nessas nomenclaturas, tornando mais claro para o cidadão comum quem é, e o que significa ser, de esquerda ou de direita naquele país e naquela conjuntura. Se estiver atento à política, o cidadão saberá se identificar com mais segurança e essa identificação será mais coerente com o seu voto, opiniões e posições políticas. Por outro lado, no Brasil, barreiras estruturais como a fragilidade dos partidos e a existência de regras eleitorais mais centradas em personalidades tornaria a ideologia pouco capaz de exercer essa função política (Oliveira; Turgeon, 2015). Ainda que tenham tido alguma relevância como preditora do voto em 1989 e 1994 (Singer, 2000), identidades ideológicas perderam força no eleitorado após o primeiro mandato de Lula (2003-2006), em virtude de sua coalizão de governo ter sido ideologicamente heterogênea e de sua política econômica ter sido similar à de seu predecessor (Carreirão, 2007). É baixa a proporção de eleitores que se posicionam no espectro ideológico esquerda-direita e, dentre aqueles que o fazem, é baixa a coerência desse posicionamento com suas opiniões políticas (Oliveira; Turgeon, 2015), bem como a

importância dessa autoidentificação para suas decisões de voto (Pereira, 2020). Esse diagnóstico foi comum antes da emergência política de Jair Bolsonaro e das novas elites que enxergaram nele um símbolo capaz de mobilizar eleitores e criar novas identidades⁵.

Dados das seis ondas do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) confirmam que diminuiu a proporção de eleitores que se identificavam ideologicamente com os rótulos “esquerda” e “direita” após o primeiro mandato de Lula (2003-2006) e que essa queda foi maior à esquerda do espectro ideológico. No entanto, como mostra a figura 1, o crescimento da autoidentificação com a direita e com a esquerda elevou a proporção total de identificados de menos de 60% em 2014 para mais de 80% em 2022, o valor mais alto da série histórica⁶. Esse crescimento coincide com o período em que Jair Bolsonaro vence as eleições presidenciais e se torna o principal líder de direita no Brasil.

Figura 1
Autoidentificação ideológica no Brasil entre 2002 e 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB.

Essa tendência recente sugere que as denominações ideológicas “esquerda” e “direita” passaram a ser melhor compreendidas pelo eleitorado, facilitando a autoidentificação (Fuks; Marques, 2020, 2022). Diferente do que ocorria há alguns anos, quando “a direita era envergonhada” (Zucco Jr, 2011) e quando predisposições

⁵ Izumi (2019) defende a importância da identidade ideológica para o comportamento eleitoral, mesmo entre eleitores menos sofisticados politicamente e antes da ascensão política de Jair Bolsonaro.

⁶ Foram considerados de direita os entrevistados que se autocalificaram em valores maiores que 6 e de esquerda os que se autocalificaram em valores menores que 4, na tradicional escala ideológica 0-10. Como a maioria do eleitorado tende a se autocalificar nos valores 0, 5 e 10, estabelecer outros valores de corte para mais ou para menos muda o tamanho de cada grupo apenas marginalmente.

conservadoras estavam adormecidas (Singer, 2021), hoje políticos conservadores estão acostumados a se identificar explicitamente como de direita e seus adversários como de esquerda. A reorganização da direita na política e na sociedade e a maior polarização ideológica entre as elites tornam mais claro o significado de rótulos ideológicos e mais consistente a associação entre identificação ideológica e voto (Fuks; Marques, 2020). Além de contribuir para o aumento do número de eleitores que se identificam com a esquerda e com a direita, isso também contribui para a maior consistência entre identidade ideológica e opiniões políticas.

O processo que leva um eleitor a se identificar com um rótulo ideológico é relativamente independente do processo que o leva a adotar opiniões políticas (Ellis; Stimson, 2012; Jefferson, 2024). Um eleitor de direita pode apoiar políticas e adotar opiniões típicas de esquerda sem compreender isso como incoerência. Ele pode se sentir identificado com a “direita” pelo que lhe vem à mente em associação ao rótulo, sem aderir à visão de mundo e às políticas públicas propagadas por elites “de direita”. Nos EUA, a popularidade do rótulo “conservador” e de “políticas liberais” entre as elites e na mídia gera um fenômeno sistemático e duradouro no eleitorado: a alta frequência de eleitores autoidentificados como conservadores que defendem políticas liberais, os chamados conservadores em conflito (Ellis; Stimson, 2012; Claassen; Tucker; Smith, 2015; Coggins; Stimson, 2019).

O mesmo raciocínio se aplica à formação de identidades em outras dimensões da vida social: o processo que leva indivíduos a adotar um rótulo como símbolo de sua identidade só se associa em parte ao processo que o leva a atribuir um significado operacional a esse rótulo. Analiticamente, esses processos podem ser diferenciados, e seu grau de associação mensurado e explicado. Além disso, apesar de a desconexão frequente entre ideologia simbólica e operacional ser muitas vezes interpretada como reflexo da baixa sofisticação ideológica dos eleitores (Carreirão, 2002; Ames; Smith, 2010; Oliveira; Turgeon, 2015), ela pode também indicar a inadequação de escalas unidimensionais para qualificar sistemas de crenças multidimensionais (Silva, 2017). Nos Estados Unidos, a ideologia simbólica dos eleitores tende a ser mais coerente com a dimensão cultural do que com a dimensão econômica da ideologia operacional (Ellis; Stimson, 2012). Na Europa, a associação entre a identidade ideológica e a questão da redistribuição de renda já não é tão forte quanto sua associação com a questão da imigração (de Vries; Hakhverdian; Lancee, 2013). No Brasil, Silva (2017) encontrou maior consistência de rótulos ideológicos com a dimensão da defesa da ordem do que com as dimensões sociais e econômicas.

Se os eleitores se identificam com rótulos identitários porque os associam a opiniões e valores que lhes fazem sentido, essa autoidentificação também pode estimular a formação de opiniões à medida que novos temas ganham relevância política. Gradualmente, eles acessarão e assimilarão mensagens das elites políticas com identidade ideológica similar à sua e resistirão a mensagens das elites políticas com ideologia distinta. Na ausência de mensagens sinalizadoras, isto é, mensagens que associem opiniões à ideologia, eleitores com identificações ideológicas distintas terão propensão similar a assimilá-las como considerações (Zaller, 1992). Assim, eleitores de esquerda e de direita

menos atentos à política poderão ter opiniões similares em questões que polarizam as elites e o eleitorado mais atento.

Essa maneira de caracterizar o processo de formação das opiniões de massa, descrita por Zaller (1992), relativiza as atitudes do eleitorado por associá-las a conjunturas e situações transitórias. Não há opiniões inatas ou “verdadeiras”, universalmente associadas a rótulos ideológicos. Eleitores aprendem o que é ser de esquerda e de direita acessando mensagens transmitidas direta ou indiretamente pelas elites políticas de seu país. O eleitor pode ser persuadido a adotar determinada opinião ao aprender que aquela é a posição típica das elites com identificação ideológica similar à sua, mesmo que esta opinião seja contraditória em relação àquela que expressava no passado. De forma análoga, eleitores podem passar a se identificar mais fortemente com rótulos ideológicos à medida que aprendem quais rótulos são mais representativos das opiniões que formaram ao se atentarem ao debate político atual.

Esse aumento da consistência entre identidade ideológica e opiniões tem características e implicações que serão exploradas nas próximas seções. Em primeiro lugar, ele depende do grau de atenção à política. Enquanto eleitores de esquerda e de direita com maior grau de atenção à política tenderão a ter opiniões diametralmente opostas, os menos atentos terão opiniões mais parecidas. Em segundo lugar, opiniões de esquerda e de direita são fluidas, não perenes. Elas se formam apenas quando a questão se torna visível e politicamente relevante através de sua mobilização pelas elites. Sem isso, não fica claro para os eleitores quais opiniões se associam a cada rótulo ideológico no debate público, levando-os a manifestar opiniões incoerentes com sua identidade ideológica ou a hesitar em expressar sua autoidentificação.

Ideologia e opiniões no Brasil

Para analisar o padrão de opiniões do eleitorado brasileiro e o seu grau de associação com a autoidentificação ideológica, foram analisados dados do ESEB de 2014, 2018 e 2022. Desde 2002, esses dados são coletados a cada quatro anos no período pós-eleitoral pelo Centro de Estudo de Opinião Pública (Cesop) da Unicamp. O ESEB é vinculado ao *Comparative Study of Electoral Systems Project* (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan, com a participação de instituições de diversos países. As pesquisas possuem abrangência nacional, com rigorosas técnicas de amostragem, gerando um retrato representativo das atitudes, opiniões e características do eleitorado brasileiro logo após a realização do primeiro turno das eleições presidenciais. No período de análise, Jair Bolsonaro e novas elites identificadas com a direita se tornaram politicamente relevantes e passaram a governar o país. Tiveram a oportunidade de mobilizar pautas políticas pouco visíveis até então, disseminando mensagens para orientar a posição a ser tomada pelos eleitores. Num ambiente mais polarizado, os eleitores passaram a identificar com mais clareza quais opiniões e posições políticas se associam com os rótulos ideológicos “esquerda” e “direita”, estimulando-os a se posicionarem e a se autoidentificarem. A

análise apresentada na próxima seção demonstrará duas características do recente processo de formação de opiniões do eleitorado brasileiro:

1. A associação entre autoidentificação ideológica e opiniões se fortalece quando a questão se torna visível e politicamente relevante;
2. A associação entre autoidentificação ideológica e opiniões é condicionada pelo grau de atenção à política.

Para ser viável, essa análise depende da existência de perguntas similares em questionários aplicados em anos diferentes, antes e depois de a questão capturar a atenção do grande público. Isso, por si só, restringe as possibilidades, pois pesquisas de *survey* tendem a focar em perguntas de opinião sobre temas políticos que já alcançaram certa visibilidade no momento da pesquisa. Felizmente, nos questionários do ESEB, há questões sobre pelo menos dois temas que satisfazem o critério de análise: as cotas raciais e a lisura do processo eleitoral.

Embora a lei de cotas tenha sido aprovada em agosto de 2012, aumentando o interesse da população pelo tema naquele momento, foi durante a campanha eleitoral de 2018 que esse interesse alcançou um pico inédito. A razão foram os frequentes pronunciamentos do então candidato Jair Bolsonaro criticando políticas afirmativas. Na entrevista que concedeu ao tradicional programa Roda Viva da TV Cultura em 30 de julho de 2018, por exemplo, argumentou: “como é que você acha que fica o coração, o sentimento dessas pessoas, vendo que tiraram uma nota maior, mas foi reservada uma cota para afrodescendentes? Pelo amor de Deus, vamos acabar com essa divisão no Brasil” (Roda Viva [...], 2018)⁷. Cinco dias antes do segundo turno, em 23 de outubro de 2018, concedeu uma entrevista no estado do Piauí e afirmou sobre políticas afirmativas: “Você não tem que ter uma política para isso. Isso não pode continuar existindo, tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Tudo é coitadismo no Brasil. Vamos acabar com isso” (Bolsonaro [...], 2018). Foram inúmeros pronunciamentos similares ao longo da campanha eleitoral de 2018, disseminados por apoiadores através das redes sociais. Isso gerou um interesse incomum pelo tema entre os eleitores, estimulando-os a também tomar posições, ou, no caso daqueles que já tinham uma opinião formada, a se autoidentificar com o rótulo associado à própria opinião ou ao candidato de preferência.

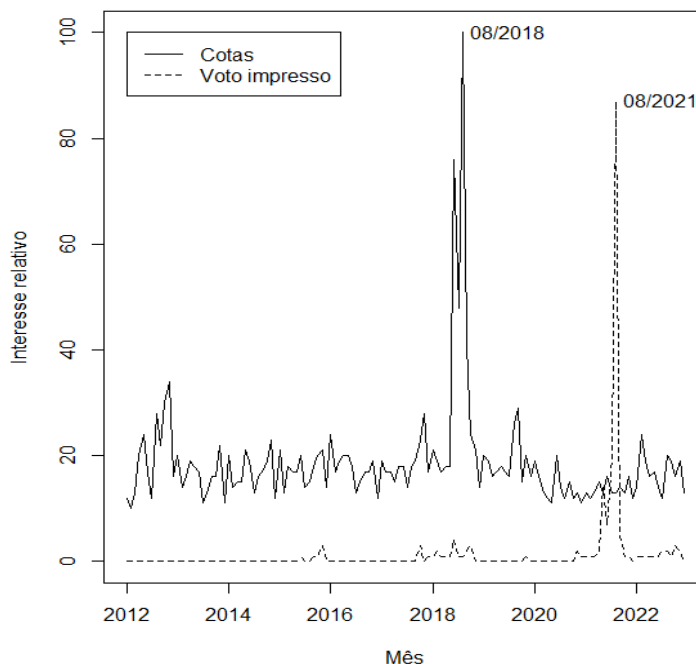
Desde a redemocratização, a lisura do processo eleitoral brasileiro nunca tinha sido colocada em xeque de forma tão enérgica quanto na segunda metade do mandato presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022). Embora já manifestasse ceticismo em relação às urnas eletrônicas antes de ser eleito em 2018, foi após a soltura e a recuperação dos direitos políticos de Luiz Inácio Lula da Silva que os ataques ao sistema eleitoral brasileiro se intensificaram, capturando a atenção do grande público. O pico de interesse ocorreu em agosto de 2021, pouco mais de um ano antes das eleições de 2022,

⁷ Em agosto de 2025, o vídeo com essa entrevista de Jair Bolsonaro tinha 11 milhões de visualizações e era o mais visto do canal YouTube do Roda Viva, seguido pela entrevista do rapper Mano Brown, com 8,8 milhões de visualizações, postada no mesmo ano, mas realizada 11 anos antes.

quando a Câmara dos Deputados cedeu às pressões do chefe do Executivo e colocou em votação a proposta de emenda à Constituição (PEC) 135/2019. Denominado PEC do Voto Impresso, o projeto de autoria da deputada Bia Kicis (PSL) previa que “na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria” (Brasil, 2019). Com 229 votos favoráveis, em 10 de agosto de 2021, a PEC não alcançou a maioria qualificada necessária para aprovação. Nas semanas anteriores à votação, o presidente Jair Bolsonaro e aliados disseminaram mensagens estimulando a desconfiança em relação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e às urnas eletrônicas para aumentar o apoio à proposta. Como consequência, eleitores de direita leais a Bolsonaro foram induzidos a adotar a mesma posição, eleitores de esquerda críticos a Bolsonaro foram estimulados a adotar a posição contrária, eleitores que já desconfiavam do processo eleitoral foram incentivados a se autoidentificar como de direita e eleitores que já confiavam no processo eleitoral foram impulsionados a se autoidentificar como de esquerda. Embora os dados do ESEB não nos permitam identificar qual desses quatro possíveis mecanismos predominou, espera-se uma maior associação entre autoidentificação ideológica e opinião sobre o processo eleitoral, principalmente entre os eleitores mais atentos à política.

O fluxo de atenção pública a essas questões pode ser observado na plataforma gratuita “Google Trends”, que mensura o interesse ao longo do tempo por termos de pesquisa no buscador do Google. A figura 2 mostra a popularidade dos termos “cotas” e “voto impresso” mês a mês entre janeiro de 2012 e dezembro de 2022. O mês em que um desses termos atingiu o valor máximo de interesse do período está padronizado como 100 e os valores de todos os outros meses estão padronizados em relação àquele valor máximo.

Figura 2
Popularidade de termos de pesquisa no buscador do Google



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Google Trends.

A figura 2 confirma que o interesse da população pelo tema das cotas atingiu o pico em agosto de 2018, durante as campanhas eleitorais, superando de longe o observado em agosto de 2012, quando o projeto de lei de cotas (PLC 180/2008) foi sancionado pela presidente da República, convertendo-se na lei 12.711/2012. A figura também mostra que o voto impresso foi, durante todo o período, de baixíssimo interesse pela população até alcançar um pico incomum de atenção em agosto de 2021, justamente quando a PEC do voto impresso foi votada e rejeitada pela Câmara dos Deputados. Com base nesses indicadores de interesse, temos três expectativas em relação às opiniões dos eleitores:

- Expectativa 1: As opiniões de eleitores de esquerda e de direita sobre as cotas só se diferenciam significativamente a partir de 2018.
- Expectativa 2: As opiniões de eleitores de esquerda e de direita sobre o sistema eleitoral brasileiro só se diferenciam significativamente a partir de 2022.
- Expectativa 3: A divergência entre eleitores de esquerda e de direita sobre esses temas aumenta com o grau de atenção à política.

A confirmação dessas expectativas pelos dados do ESEB ilustraria as características do processo de formação de opiniões do eleitorado brasileiro após a emergência política de Jair Bolsonaro.

Análise e resultados

Para analisar o processo de diferenciação ideológica das opiniões do eleitorado brasileiro, isto é, o processo através do qual a autoidentificação ideológica se torna mais fortemente associada às opiniões dos eleitores, foram estimados cinco modelos de regressão logística. Três destes modelos buscam explicar opiniões sobre as cotas nos anos de 2014, 2018 e 2022 e os outros dois são destinados a explicar a confiança nas urnas em 2018 e 2022. As questões que indicam a opinião dos brasileiros sobre as cotas são idênticas em 2014 e 2018, justamente os anos em que esperamos encontrar mudanças nos padrões de opinião após o pico de atenção a esse tema motivado pela campanha eleitoral do candidato Jair Bolsonaro. Aos entrevistados foi perguntado se concordavam ou discordavam da seguinte frase: "As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência".

As respostas possíveis foram delimitadas pela escala de Likert (1- Concorda muito a 5- Discorda muito). A variável dependente dos dois primeiros modelos, denominada "Contrário às cotas raciais", foi operacionalizada como binária, com o valor "um" indicando as respostas "1- Concorda muito" ou "2- Concorda um pouco", enquanto os valores "3- Nem concorda, nem discorda", "4- Discorda um pouco" e "5- Discorda muito" foram codificados como "zero"⁸.

Em 2022, a pergunta sobre esse tema foi enunciada de outra forma: "O(a) senhor(a) é a favor ou contra: adoção de cotas raciais?" Nesse questionário, as opções de resposta eram apenas "1- A favor" e "2- Contra". Assim, a variável dependente "Contrário às cotas raciais" do terceiro modelo é binária e indica a resposta "2- Contra". Como a expectativa é que o crescimento da associação entre ideologia simbólica e opiniões tenha ocorrido entre 2014 e 2018, no *survey* de 2022 é esperada apenas a manutenção do padrão observado quatro anos antes. O fato de a pergunta ter sido enunciada de forma diferente diminui sua comparabilidade com as perguntas anteriores e exige cuidado na interpretação dos resultados. De qualquer forma, para os argumentos propostos neste artigo, a comparação chave se dá entre os resultados de 2014 e 2018, quando as perguntas foram idênticas. Os resultados para 2022 são apresentados apenas como indício de estabilização do novo padrão de diferenciação ideológica de opiniões sobre as cotas, ressalvada a menor comparabilidade entre as questões.

As perguntas referentes à lisura do processo eleitoral também não foram estruturadas da mesma forma nos questionários de 2018 e 2022, o período em que esperamos encontrar o aumento da associação entre autoidentificação ideológica e o padrão de respostas.

Em 2018, a pergunta foi enunciada assim: "De forma geral, você acredita que as eleições no Brasil são confiáveis ou são objeto de fraude?" As respostas possíveis eram: "1-

⁸ Alternativamente, foram também estimados modelos em que o valor "3- Nem concorda, nem discorda" é codificado como "um". Os resultados se alteram apenas marginalmente e as conclusões substantivas são as mesmas. Esses modelos foram omitidos neste artigo.

As eleições são confiáveis” e “2- São objetos de fraude”. A variável dependente “Confia nas urnas” do quarto modelo foi operacionalizada como binária e indica a primeira resposta.

Em 2022, a pergunta foi enunciada de outra forma: “Em alguns países, as pessoas acham que as eleições são realizadas de maneira confiável. Em outros países, as pessoas acham que as eleições não são realizadas de maneira confiável. Pensando nesta eleição, em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa que a eleição foi realizada de maneira confiável e 5 significa que a eleição não foi realizada de maneira confiável, como o(a) sr.(a) considera esta eleição?” Para esse ano, a variável dependente “Confia nas urnas” também foi operacionalizada como binária, indicando as respostas “1” e “2”.

Embora enunciadas de forma diferente, as perguntas de 2018 e 2022 buscam mensurar o mesmo conceito: a confiança do eleitor no processo eleitoral. Assim, a expectativa é que a diferenciação ideológica das opiniões do eleitorado mais atento à política só tenha ocorrido no ano mais recente, devido às frequentes mensagens de descrédito de Jair Bolsonaro e de seus aliados no momento em que a Câmara dos Deputados se preparava para votar a matéria. Essa diferenciação pode resultar de eleitores de direita e de esquerda assimilando a posição mais coerente com sua autoidentificação ideológica, ou de eleitores com opiniões já formadas identificando o rótulo ideológico mais coerente com suas opiniões.

As principais variáveis explicativas são a identificação ideológica e o grau de atenção à política. A primeira foi operacionalizada com base na tradicional escala 0- Esquerda a 10- Direita. Eleitores de esquerda são aqueles identificados com valores inferiores a quatro e eleitores de direita são os identificados com valores superiores a seis. A segunda foi operacionalizada como ordinal, de acordo com o grau de instrução do entrevistado. Foram atribuídos os valores “um” àqueles com até o quarto ano do ensino fundamental completo; “dois” àqueles com até o oitavo ano do ensino fundamental completo; “três” àqueles com até o ensino médio completo; e “quatro” àqueles com pelo menos o ensino superior incompleto. Embora o grau de instrução indique outras características do entrevistado além de seu grau de atenção à política, é uma *proxy* comum na literatura. Os questionários do ESEB não incluíram perguntas básicas de conhecimento político, as quais poderiam ser um indicador melhor do conceito que interessa a este artigo (Zaller, 1992). Além disso, o grau de instrução é uma variável menos suscetível a vieses de desejabilidade social, relativamente a autodeclarações sobre o interesse por política, por exemplo. Portanto, com base nas alternativas (ou falta delas), o grau de instrução mostrou-se a melhor opção para indicar o grau de atenção à política nos modelos estimados nesta seção.

Foram também incluídas interações entre identificação ideológica e grau de instrução, devido à expectativa de que a formação de opiniões estáveis sobre temas politicamente visíveis tende a ser mais significativa entre eleitores atentos à política. São eles quem mais acessam e assimilam criticamente as mensagens persuasivas e sinalizadoras das elites políticas do país. Por isso, é esperada maior consistência entre

identificação ideológica e opiniões à medida que aumenta o grau de instrução e, por conseguinte, o grau de atenção à política.

Como variáveis de controle, foram incluídos indicadores demográficos comumente associados ao voto: as variáveis binárias autoexplicativas “mulher”, “negro” e “evangélico”; a variável “idade” operacionalizada em décadas, isto é, a idade declarada dividida por dez; e quatro indicadores de localização geográfica “Nordeste”, “Norte”, “Centro-Oeste” e “Sul”, sendo a região Sudeste a categoria de referência. A tabela 1 apresenta os resultados.

Tabela 1
Modelos de Regressão Logística

Variáveis	Contra as cotas raciais			Confia nas urnas	
	2014	2018	2022	2018	2022
Esquerda	0.10	1.07***	1.01***	-0.78***	0.32
Direita	0.43	0.31	0.15	-0.41	0.71***
Instrução (ordinal)	0.11***	0.08	-0.05	0.13	0.06
Esquerda*Instrução	-0.10	-0.55***	-0.49***	0.38***	0.20
Direita*Instrução	-0.06	0.08	0.17	0.17	-0.64***
Mulher	-0.12	-0.32***	-0.01	-0.49***	0.11
Negro	-0.17	-0.02	-0.11	0.00	0.08
Idade (em décadas)	-0.03	0.12***	0.13***	0.10***	-0.09***
Evangélico	-0.23***	0.07	0.08	-0.30***	-0.69***
Nordeste	-0.50***	0.16	-0.06	0.12	0.26***
Norte	-0.46***	0.20	-0.09	0.19	0.40***
Centro-Oeste	0.28	0.54***	0.08	-0.03	0.19
Sul	-0.15	-0.07	0.15	0.19	0.06
Constante	-0.43	-1.30***	-0.59	-0.89***	0.36
N	3015	2433	2000	2433	2000

Nota: Nível de significância: *** < 0,05.

Fonte: Elaboração própria com dados do ESEB (Cesop, 2014, 2018, 2022).

Os modelos apresentados na tabela 1 permitem aferir a associação entre as variáveis independentes e a probabilidade de o entrevistado expressar a opinião indicada pelas variáveis dependentes. Em modelos de regressão logística, a força dessa associação varia com os valores de todas as outras variáveis, o que dificulta a interpretação. Antes de analisarmos em mais detalhes o efeito das variáveis explicativas principais, é possível notar mudanças significativas no padrão demográfico de opiniões sobre ambos os temas, justamente quando esperávamos que essas mudanças ocorressem. Por exemplo, entre 2014 e 2018, como possível consequência da ascensão política de Jair Bolsonaro e das mensagens que disseminou sobre o assunto durante a campanha eleitoral: mulheres passaram a ser mais favoráveis às cotas do que os homens; a probabilidade de a opinião

ser contrária passou a aumentar com a idade; evangélicos e eleitores do Norte e Nordeste deixaram de ser mais favoráveis às cotas; e eleitores do Centro-Oeste passaram a ter maior chance de serem contrários, relativamente a eleitores do Sudeste. Em 2022, o padrão demográfico de opiniões se mantém em relação a 2018, com duas exceções: mulheres e homens voltaram a ter opiniões semelhantes, assim como eleitores do Centro-Oeste e Sudeste. Todas as outras mudanças observadas de 2014 para 2018 se mantiveram no final do mandato de Jair Bolsonaro.

Com relação ao padrão demográfico de opiniões sobre a lisura do processo eleitoral, mudanças significativas também ocorreram entre 2018 e 2022, como possível consequência da mobilização desse tema pelo presidente Jair Bolsonaro e elites políticas de direita. Mulheres deixaram de ser mais descrentes no processo eleitoral brasileiro; a confiança deixou de aumentar com a idade; aumentou a desconfiança entre evangélicos; e eleitores do Norte e Nordeste passaram a confiar mais do que eleitores do Sudeste.

O efeito do grau de instrução é condicionado pela identificação ideológica. Para analisá-lo, foram estimados os efeitos marginais médios (EMM) do grau de instrução sobre a probabilidade de eleitores de direita e de esquerda expressarem a opinião indicada pelas variáveis dependentes. Os EMMs indicam mudanças médias na probabilidade de o eleitor ser contra as cotas ou confiar nas urnas quando a variável ordinal “instrução” aumenta em um ponto, considerando todas as possíveis combinações de valores das demais variáveis de controle.

Tabela 2
Efeitos marginais médios do grau de instrução (pontos percentuais)

Ideologia	Contra as cotas raciais			Confia nas urnas	
	2014	2018	2022	2018	2022
Esquerda	0.00	-0.09***	-0.11***	0.12***	0.05***
Direita	0.01	0.04***	0.03	0.07***	-0.11***

Nota: Nível de significância: *** < 0,05.

Fonte: Elaboração própria com dados do ESEB (Cesop, 2014, 2018, 2022).

Os valores da tabela 2 correspondem às expectativas. Em 2014, dois anos após a aprovação da lei de cotas, eleitores de direita tinham a mesma probabilidade de serem contrários às cotas raciais, independente do grau de instrução. O mesmo é verdade para eleitores de esquerda. Após a campanha eleitoral de 2018, é possível observar que entre eleitores de esquerda a probabilidade de expressar opinião contrária às cotas passou a diminuir com o grau de instrução, enquanto para os eleitores de direita essa probabilidade passou a aumentar com o grau de instrução. O padrão é similar em 2022, mesmo com a pergunta sobre o tema tendo sido formulada de forma diferente, mas o efeito marginal positivo do grau de instrução entre eleitores de direita deixou de ter significância estatística.

Os resultados para confiança nas urnas também são bastante sugestivos. Em 2018, quando a lisura das eleições não era um tema relevante entre as elites e o eleitorado, a confiança no processo eleitoral crescia com o grau de instrução. Um eleitor de esquerda com pelo menos nível superior incompleto tinha probabilidade 36 pontos percentuais maior de expressar confiança nas urnas do que um eleitor de esquerda com até quarto ano do ensino fundamental completo. Entre entrevistados de direita, a diferença entre esses graus de instrução era de 21 pontos percentuais. Em 2022, o efeito marginal do grau de instrução permaneceu positivo entre eleitores de esquerda, apesar de relativamente mais fraco em relação a 2018. Entre eleitores de direita, no entanto, o efeito do grau de instrução inverteu a direção: eleitores com pelo menos nível superior incompleto passaram a ser 33 pontos percentuais mais propensos a expressar desconfiança no processo eleitoral brasileiro do que aqueles com até o quarto ano do ensino fundamental incompleto.

Para ilustrar o efeito da identificação ideológica, condicionada pelo grau de instrução, foram calculadas as probabilidades previstas de os eleitores de esquerda e de direita, com o menor e o maior grau possível de instrução (valores 1 e 4, respectivamente), expressarem a opinião indicada pelas variáveis dependentes em cada ano, fixando todas as variáveis de controle na média. A média das variáveis de controle não corresponde a pessoas reais, dado que quase todas são categóricas, mas permite ilustrar resultados de modelos logísticos. Essas probabilidades previstas ajudam a entender de forma geral se o processo de diferenciação ideológica das opiniões do eleitorado brasileiro ocorreu com mais intensidade entre eleitores de esquerda, de direita, ou em ambos. A tabela 3 apresenta as previsões relativas à primeira variável dependente: opinião contrária às cotas.

Tabela 3
Probabilidades previstas para opinião contrária às cotas

Grau de Instrução	2014			2018			2022		
	Esq.	Dir.	Dif.	Esq.	Dir.	Dif.	Esq.	Dir.	Dif.
Até 4º Ano do Ens. Fund.	0.34	0.42	8pp	0.33	0.30	-3pp	0.43	0.38	-5pp
Mais que Ensino Médio	0.34	0.46	12pp	0.11	0.41	30pp	0.13	0.47	34pp

Nota: Para calcular as probabilidades previstas, todas as variáveis de controle foram fixadas na média. Esq. = Esquerda; Dir. = Direita; Dif. = Diferença entre Direita e Esquerda.

Fonte: Elaboração própria com dados do ESEB (Cesop, 2014, 2018, 2022).

A tabela 3 revela uma informação contraintuitiva em relação à discussão até aqui. Em 2014, eleitores de direita com maior grau de instrução eram mais propensos a ter opiniões contrárias às cotas do que aqueles com menor grau de instrução, mas as mensagens negativas da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro não parecem ter surtido efeito significativo na opinião desse segmento do eleitorado. Houve um leve declínio na probabilidade de eleitores de direita com maior grau de instrução expressarem opinião contrária às cotas em 2018, com retorno ao patamar anterior em 2022. Essa leve flutuação ao longo das três ondas do ESEB parece denotar estabilidade de opiniões.

A principal mudança observada em relação a 2014 ocorreu entre eleitores de esquerda com maior grau de instrução. A probabilidade de esses eleitores expressarem opiniões contrárias às cotas caiu de 34% para 11%, uma diferença de 23 pontos percentuais. Isso pode ter ocorrido em virtude de eleitores de esquerda assimilarem opiniões favoráveis às cotas em reação às mensagens críticas de Bolsonaro e elites de direita, ou em razão de eleitores que já eram favoráveis às cotas passarem a se autoidentificar como de esquerda ao aprenderem que esse é o rótulo mais coerente com sua posição política. Mudanças nos padrões de respostas de eleitores de esquerda tiveram o maior impacto na polarização ideológica sobre esse tema após a campanha eleitoral de 2018. A diferença nas probabilidades previstas de eleitores de esquerda e de direita mais atentos à política expressarem opiniões contrárias às cotas passou de 12 pontos percentuais em 2014 para 30 pontos percentuais em 2018 e 34 pontos percentuais em 2022. Entre os menos atentos à política, a diferença se manteve em patamares muito inferiores, como previsto.

Os resultados em relação à lisura do processo eleitoral, uma pauta bem menos saliente para o eleitorado antes de ser mobilizada pelo presidente Jair Bolsonaro e aliados de direita, indicam um efeito polarizante mais intenso. A tabela 4 mostra que, de 2018 para 2022, a confiança nas urnas cresceu de maneira expressiva em todos os grupos, com exceção dos eleitores de direita mais escolarizados.

Tabela 4
Probabilidades previstas para confiança nas urnas

Grau de Instrução	2018			2022		
	Esq.	Dir.	Dif.	Esq.	Dir.	Dif.
Até 4º Ano do Ensino Fundamental	0.20	0.23	3pp	0.71	0.61	-10pp
Mais que Ensino Médio	0.54	0.42	-12pp	0.84	0.22	-62pp

Notas: Para calcular as probabilidades previstas, todas as variáveis de controle foram fixadas na média.

Esq. = Esquerda; Dir. = Direita; Dif. = Diferença entre Direita e Esquerda.

Fonte: Elaboração própria com dados do ESEB (Cesop, 2018, 2022).

Em 2018, a probabilidade de um eleitor de esquerda mais atento à política confiar no processo eleitoral brasileiro era 12 pontos percentuais maior do que um de direita. Em 2022, a diferença aumenta para 62 pontos percentuais, devido ao forte aumento da confiança entre eleitores de esquerda e a sua forte queda entre os de direita. Intrigantemente, um aumento expressivo dessa confiança também pôde ser observado entre eleitores menos escolarizados de esquerda e de direita. Isso pode ter sido resultado do investimento massivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em comunicação social para defender a lisura das urnas eletrônicas às vésperas das eleições de 2022. No ano anterior, o Tribunal havia criado o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral (PPED), através da Portaria TSE nº 510, e em 2022 criou o Programa de Fortalecimento da Imagem da Justiça Eleitoral (PROFI), através da Portaria TSE nº 282. Ao longo do ano de 2022, foram realizadas 23 campanhas de rádio e TV, todas replicadas

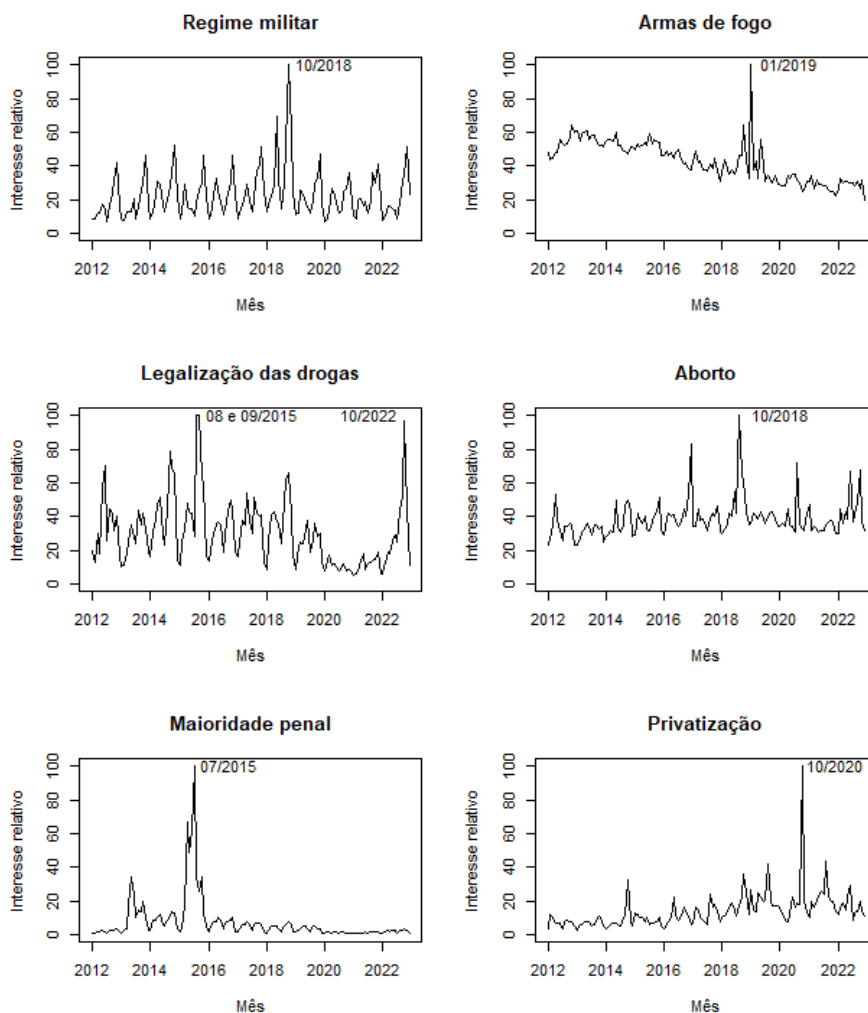
em suas redes sociais. Além disso, foi criado um Centro de Divulgação de Imprensa em Brasília, com o propósito de centralizar os esforços de combate à desinformação (Brasil, 2023). Menos atentos às mensagens das elites políticas, eleitores de direita com baixo grau de instrução podem ter sido influenciados por essas campanhas, sem perceber que estavam adotando posição divergente de sua identificação ideológica naquela conjuntura. Dessa forma, também nesse tema específico, a forte polarização ideológica se restringiu aos eleitores com maior grau de instrução e mais atentos à política.

Outros indícios de diferenciação ideológica das opiniões

O *survey* do ESEB realizado em 2022 incluiu diversas perguntas sobre questões mobilizadas pelas elites de direita e pelo presidente Jair Bolsonaro ao longo de seu mandato e campanhas eleitorais. Essas questões se associam às dimensões cultural, econômica e “relativa à ordem” da ideologia (Silva, 2017). Apesar de perguntas semelhantes não terem sido feitas na onda de 2018, é possível intuir que processos similares aos verificados em relação às cotas raciais e à confiança nas urnas também operaram em relação a essas questões. Como resultado, devemos esperar uma forte divergência nas opiniões de eleitores de esquerda e de direita apenas entre os mais instruídos e atentos à política, pois são mais capazes de identificar associações entre posições políticas e rótulos ideológicos, bem como de se autoidentificar coerentemente (Ellis; Stimson, 2012; Zaller, 1992).

Os temas analisados a seguir são típicos da agenda de Bolsonaro e elites de direita: regime militar, armas de fogo, legalização das drogas, aborto, maioria penal e privatização. A figura 3 confirma que, com exceção da maioria penal, todos os temas alcançaram máximo interesse do público entre as campanhas eleitorais de 2018 e o final do mandato de Jair Bolsonaro, considerando o período de janeiro de 2012 a dezembro de 2022. A figura indica os meses com máximas frequências de pesquisa no buscador Google, de acordo com a plataforma Google Trends.

Figura 3
Popularidade dos termos de pesquisa no buscador do Google



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Google Trends.

Ao longo de onze anos encerrados com o fim do mandato de Jair Bolsonaro, o interesse pelos termos “regime militar” e “aborto” alcançou máxima popularidade no mês das eleições de 2018. O termo “armas de fogo” foi mais popular no primeiro mês do mandato de Bolsonaro, quando o presidente recém-empossado assinou um decreto facilitando a posse de armas no país. O termo “legalização das drogas” foi mais popular em agosto e setembro de 2015, quando a descriminalização do porte estava sendo debatida no Supremo Tribunal Federal, mas voltou a despertar grande interesse em outubro de 2022, quando Bolsonaro concorreu à reeleição. Já o termo “maioridade penal” teve máxima popularidade no buscador do Google em julho de 2015, quando uma proposta

para reduzi-la foi rejeitada pelo Congresso Nacional, e não voltou mais a despertar tanto interesse. Finalmente, o termo “privatização” alcançou máxima popularidade em outubro de 2020, quando, num momento crítico da pandemia de covid-19, um decreto assinado pelo presidente Bolsonaro e o ministro da Economia Paulo Guedes indicava possível intenção de iniciar estudos para privatizar o Sistema Único de Saúde (SUS).

Para verificar se a maior visibilidade desses temas fortaleceu a associação entre identificação ideológica e opiniões, foram criadas seis novas variáveis dependentes indicando posições conservadoras relativas àquelas questões no *survey* de 2022. A variável “Golpe militar é justificável” indica que o entrevistado respondeu que um golpe militar seria justificável quando há muito crime, diante de muita corrupção ou quando o país se encontra em uma situação de instabilidade política. As demais variáveis são autoexplicativas e baseadas no posicionamento contrário ou favorável “a uma série de temas debatidos na sociedade brasileira”: “Contra a proibição da venda de armas”; “Contra a descriminalização das drogas”; “Contra a legalização do aborto”; “A favor da redução da maioria penal” e “A favor de privatizações no setor público” (Cesop-Quaest, 2022). Em todas elas, o entrevistado só poderia responder se era contra ou a favor. A tabela 5 apresenta resultados de seis modelos logit similares àqueles da tabela 1, cada um tendo como variável dependente uma daquelas seis posições conservadoras.

Tabela 5
Modelos de regressão logística

Variáveis	Golpe militar é justificável	Contra a proibição da venda de armas	Contra a descriminalização das drogas	Contra a legalização do aborto	A favor da redução da maioria penal	A favor de privatizações
Esquerda	0.57	1.15***	1.38***	0.53	0.09	0.57
Direita	0.23	-0.15	0.01	0.03	-0.62	0.37
Educação (ordinal)	-0.06	-0.09	0.09	-0.28***	0.05	-0.01
Esquerda*Educação	-0.34***	-0.42***	-0.57***	-0.37***	-0.19	-0.37***
Direita*Educação	0.35***	0.24***	0.27***	0.30***	0.36***	0.22
Mulher	-0.06	-0.08	0.33***	0.01	-0.32***	-0.48***
Negro	0.06	0.23***	0.24***	0.28***	0.06	-0.06
Idade (em décadas)	-0.05	0.02	0.20***	0.21***	0.14***	0.03
Evangélico	0.41***	0.08	0.24	0.88***	0.16	-0.10
Nordeste	-0.12	0.47***	-0.17	0.35***	-0.21	0.09
Norte	-0.22	0.47***	0.07	-0.11	-0.54***	0.11
Centro-Oeste	-0.18	0.43***	-0.72***	-0.01	-0.36	-0.01
Sul	-0.04	0.00	-0.41***	-0.18	-0.23	0.05
Constante	0.37	-0.23	-0.34	0.23	0.44	-0.87***
N	2000	2000	2000	2000	2000	2000

Nota: Nível de significância: *** < 0,05.

Fonte: Elaboração própria com dados do ESEB (Cesop, 2022).

Com duas exceções, todos os modelos apresentam coeficientes estatisticamente significantes para as interações, na direção esperada. A probabilidade de uma opinião conservadora entre entrevistados de direita aumenta à medida que cresce o nível de instrução e o oposto é verdade para os entrevistados de esquerda. Já as variáveis demográficas não seguem um padrão tão claro. Mulheres são mais conservadoras em relação ao tema das drogas e mais progressistas em relação aos temas da maioria penal e das privatizações. Negros são mais conservadores apenas em relação a armas, drogas e aborto. À medida que a idade aumenta, os entrevistados se tornam mais conservadores apenas em relação aos temas das drogas, aborto e maioria penal. Evangélicos tendem a achar golpes militares justificáveis em algumas situações e são muito mais conservadores em relação ao aborto, como esperado. Não há um padrão sistemático de opiniões entre entrevistados das diversas regiões do país, sendo às vezes mais conservadores ou mais progressistas, a depender do tema. A tabela 6 apresenta os efeitos marginais médios do nível de instrução para eleitores de direita e esquerda em cada um dos temas analisados.

Tabela 6
Efeitos marginais médios do grau de instrução (pontos percentuais)

Ideologia	Golpe militar é justificável	Contra a proibição da venda de armas	Contra a discriminação das drogas	Contra a legalização do aborto	A favor da redução da maioria penal	A favor de privatizações
Esquerda	-0.09***	-0.12***	-0.10***	-0.13***	-0.03	-0.06***
Direita	0.05***	0.03***	0.05***	0.00	0.07***	0.05***

Nota: Nível de significância: *** < 0,05.

Fonte: Elaboração própria com dados do ESEB (Cesop, 2022).

Para cinco temas, a probabilidade de uma opinião conservadora diminui entre eleitores de esquerda à medida que cresce o nível de instrução. A única exceção é a redução da maioria penal, um tema cujo pico de popularidade no buscador do Google ocorreu em 2015, conforme mostrado na figura 3. Ainda assim, o efeito marginal é negativo, sem alcançar significância estatística. Já entre eleitores de direita a probabilidade de uma opinião conservadora aumenta com o nível de instrução também em cinco temas. A única exceção é a legalização do aborto, em que a probabilidade de uma opinião contrária é similar entre todos os níveis de instrução. Em conjunto, esses resultados mostram que a máxima divergência ideológica em cada uma das questões analisadas ocorre entre eleitores com maior nível de instrução, para quem se apresenta maior polarização e maior associação entre autoidentificação ideológica e opiniões sobre pautas ideológicas. Já nos estratos menos escolarizados da população, as opiniões tendem a ser mais similares, a despeito da forma como se identificam ideologicamente. A menor atenção ao debate político diminui a correspondência entre ideologia simbólica e operacional.

Considerações finais

Este artigo buscou caracterizar o processo de diferenciação ideológica das opiniões do eleitorado brasileiro após a ascensão política de Jair Bolsonaro, quando pautas pouco visíveis ganharam protagonismo na agenda pública. Nesta nova conjuntura de polarização entre as elites, eleitores foram estimulados a se identificar ideologicamente e a adotar opiniões políticas sobre novos temas. Os dados analisados sugerem uma forte associação entre ambos os fenômenos, sem contudo indicar um padrão sequencial entre eles. Esse processo foi mais intenso conforme aumentava o grau de atenção à política. Eleitores menos escolarizados (e, portanto, menos atentos) continuaram expressando opiniões semelhantes sobre temas que antagonizavam as elites, mesmo quando se identificavam com rótulos ideológicos divergentes. Os resultados apresentados neste artigo têm fortes implicações para o debate sobre comportamento político no Brasil.

Em primeiro lugar, o artigo caracteriza o processo de diferenciação ideológica das opiniões do eleitorado como fluido e associado à conjuntura política. Rótulos ideológicos não se associam a opiniões políticas inerentes, pois a atribuição de significados a significantes é fruto de construção social contínua e dinâmica. Classicamente, o rótulo “esquerda” tem sido associado a pautas como a redistribuição de renda e valores culturais liberais, enquanto “direita” se associa ao liberalismo econômico e valores culturais conservadores. Se o eleitor típico adota uma identificação ideológica, mas se mostra instável e incongruente nas suas opiniões e atitudes, a tendência é interpretarmos esse eleitor como ignorante em relação ao significado do rótulo com o qual se identifica ou como pouco sofisticado ideologicamente. Neste artigo, a premissa é outra: não há opiniões e atitudes inerentes a rótulos ideológicos. Significados são construídos cotidianamente nos discursos e debates das elites políticas do país, seja na Câmara dos Deputados, em coletivas de imprensa, ou artigos de jornais. Quando essas elites passam a utilizar rótulos ideológicos com mais frequência, seja para classificar a si mesmas ou a seus adversários, os eleitores são estimulados a fazer o mesmo. Os mais atentos passam a adotar certas posições políticas que consideram mais coerentes com os rótulos com os quais se identificam ou passam a se identificar com rótulos mais coerentes com as opiniões que já possuem. Conforme demonstrado neste artigo, após as fortes críticas de Jair Bolsonaro às cotas raciais, ficou mais claro que defendê-las é mais coerente com o rótulo “esquerda”. Criticar o sistema eleitoral brasileiro, atitude comum entre lideranças de esquerda nos anos 1990, passou a ser uma postura da direita no momento atual. O que significa ser de esquerda ou de direita é objeto de contínua construção social, podendo variar no tempo e no espaço.

Em segundo lugar, o artigo confirma argumentos de que a ideologia passou a ser mais importante nos últimos anos como determinante de atitudes, opiniões e comportamento, fruto de um ambiente político mais polarizado (Fuks; Marques, 2020, 2022). A polarização é resultado da emergência política de Jair Bolsonaro e do protagonismo de novas elites, as quais não têm vergonha de se identificar como de direita

e de trazer para a agenda pública pautas pouco visíveis e politicamente sensíveis. O perfil moderado e pouco polarizante do PT nos anos em que esteve à frente do governo pode ter sido fator decisivo para a queda na autoidentificação ideológica e para a pouca importância da ideologia como motivadora de comportamento político (Singer, 2021). Aquela conjuntura passou e rótulos ideológicos voltaram a fazer sentido. No Brasil, dadas as suas características institucionais, são hoje dois líderes antagônicos, em torno dos quais orbitam elites de esquerda e de direita, as principais referências para o eleitor sobre o significado desses rótulos ideológicos.

Referências

ALMEIDA, A. C. À esquerda dos números, à direita dos fatos. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 15, out.-nov.-dez., p. 112-128, 2001.

AMES, B.; SMITH, A. E. Knowing Left from Right: Ideological Identification in Brazil, 2002-2006. *Journal of Politics in Latin America*, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 3-38, 2010.

BOLSONARO diz que política de cotas é 'equivocada' e que política de combate ao preconceito é 'coitadismo'. *Portal G1*, Brasília, 24 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/24/bolsonaro-diz-ser-contra-cotas-e-que-politica-de-combate-ao-preconceito-e-coitadismo.ghtml>. Acesso em: 3 mar. 2026.

BORBA, J.; FERREIRA, M. G. M.; SILVA, G. U. L.; AMORIM, L. C. Polarização ideológica entre deputados federais no Brasil (2005-2021). *Estudos Históricos*, v. 3, n. 81, e20240111, 2024.

BRAGA, M. DO S. S.; PIMENTEL JR, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Proposta de Emenda à Constituição PEC 135/2019*. Acrescenta o § 12 ao art. 14, da Constituição Federal, dispondo que, na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2220292>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Relatório de Gestão 2022: comunicação foi peça-chave no combate à desinformação. *Tribunal Superior Eleitoral*, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Abril/relatorio-de-gestao-2022-comunicacao-foi-peca-chave-no-combate-a-desinformacao>. Acesso em: 11 mar. 2026.

CARREIRÃO, Y. DE S. Identificação ideológica e voto para presidente. *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 54-79, 2002.

CARREIRÃO, Y. DE S. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007.

CARREIRÃO, Y. DE S.; KINZO, M. D'A. G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-167, 2004.

CESOP-IBOPE. *Eseb-2014 - Estudo Eleitoral Brasileiro*. Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb/ondas/8>. Acesso em: 10 mar. 2026.

- CESOP-IBOPE. *Eseb - Estudo Eleitoral Brasileiro*. Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb/ondas/11>. Acesso em: 10 mar. 2026.
- CESOP-QUAEST. *Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB-2022*. Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb/ondas/18>. Acesso em: 10 mar. 2026.
- CLAASSEN, C.; TUCKER, P.; SMITH, S. S. Ideological Labels in America. *Political Behavior*, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 253–278, 2015.
- COGGINS, E.; STIMSON, J. A. On the Dynamics of Ideological Identification: The Puzzle of Liberal Identification Decline. *Political Science Research and Methods*, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 737–755, 2019.
- DE VRIES, C. E.; HAKHVERDIAN, A.; LANCEE, B. The Dynamics of Voters’ Left/Right Identification: The Role of Economic and Cultural Attitudes. *Political Science Research and Methods*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 223–238, 2013.
- ELLIS, C.; STIMSON, J. A. *Ideology in America*. New York, NY: Cambridge University Press, 2012.
- FUKS, M.; MARQUES, P. H. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. *Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 401–430, 2020.
- FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560–593, 2022.
- GIDRON, N. Many Ways to be Right: Cross-Pressured Voters in Western Europe. *British Journal of Political Science*, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 146–161, 2020.
- GOMES, Â. DE C. O populismo e as ciências sociais: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31–58, 1996.
- GOMES, Â. DE C.; D’ARAÚJO, M. C. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- IZUMI, M. Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil. *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 29–62, 2019.
- JEFFERSON, H. The Curious Case of Black “Conservatives”: Assessing the Validity of the Liberal-Conservative Scale among Black Americans. *Public Opinion Quarterly*, [s. l.], v. 88, n. 3, p. 909–932, 2024.
- LACHAT, R. The impact of party polarization on ideological voting. *Electoral Studies*, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 687–698, 2008.
- LAU, R. R.; PATEL, P.; FAHMY, D. F.; KAUFMAN, R. R. Correct Voting Across Thirty-Three Democracies: A Preliminary Analysis. *British Journal of Political Science*, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 239–259, 2013.
- LAMOUNIER, B. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (ed.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1978. p. 15–44.
- NICOLAU, J. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 311–325, 2014.
- NUNES, F.; TRAUMANN, T. *Biografia do abismo: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: HarperCollins, 2023.
- OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 574–600, 2015.
- PEREIRA, F. B. Non causa pro causa: o voto de direita e esquerda no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 26, p. 154–179, 2020.

- PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 19, p. 26–45, 1987.
- REIS, F. V. As eleições em Minas Gerais. In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (ed.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1978. p. 127–152.
- RENNÓ, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 36, n. 106, p. 147–163, 2022.
- RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y. DE S.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 333–368, 2011.
- RODA VIVA | Jair Bolsonaro | 30/07/2018. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (1h e 22min). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=1758s>. Acesso em: 02 abr. 2026.
- SAMUELS, D. J.; ZUCCO JR, C. *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SAMUELS, D. J.; ZUCCO JR, C. The Power of Partisanship in Brazil: Evidence from Survey Experiments. *American Journal of Political Science*, [s. l.], v. 58, n. 1, p. 212–225, 2014.
- SILVA, T. M da. *Para além de esquerda e direita: a multidimensionalidade das crenças no Brasil contemporâneo (1989-2014)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, A. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 85, p. 83–102, 2009.
- SINGER, A. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 27, p. 705–729, 2021.
- SOARES, G. A. D. As bases ideológicas do Lacerdismo. *Revista Civilização Brasileira*, [s. l.], v. 4, p. 49–70, 1965.
- WIESEHOMEIER, N.; SINGER, M.; RUTH-LOVELL, S. *Political Representation, Executives, and Political Parties Survey: Data from Expert Surveys in 18 Latin American Countries, 2018-2019*. PREPPS Latam V2. [S. l.]: Harvard Dataverse, 2021. DOI: 10.7910/DVN/JLOYIJ. Disponível em: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/JLOYIJ>. Acesso em: 3 mar. 2026.
- ZALLER, J. R. *The Nature and Origins of Mass Opinion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ZUCCO JR, C.; POWER, T. J. The Ideology of Brazilian Parties and Presidents: A Research Note on Coalitional Presidentialism Under Stress. *Latin American Politics and Society*, [s. l.], v. 66, n. 1, p. 178–188, 2024.
- ZUCCO JR, C. Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR, C. (ed.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 37–60.

Abstract

Ideological differentiation of voters' opinions after the rise of the new right-wing elites

This article analyzes the process of ideological differentiation in the opinions of the Brazilian electorate following the political emergence of Jair Bolsonaro in 2018. As a result of political polarization among elites, voters were encouraged to identify themselves ideologically and adopt opinions consistent with their self-identification. To demonstrate this phenomenon, data from the Brazilian Electoral Study (ESEB) for the years 2014, 2018, and 2022 were analyzed. The data show that ideological divergences regarding two politically sensitive issues — racial quotas and the integrity of the electoral process — only became significant after gaining high public visibility, driven by public statements from Jair Bolsonaro and new right-wing elites. A similar phenomenon may have occurred with various cultural and economic issues, according to evidence from the 2022 survey. These findings suggest that the meaning of ideological labels is fluid and subject to continuous social reinterpretation.

Keywords: ideology; political polarization; ideological labels; opinion formation; racial quotas; electoral process.

Resumen

Diferenciación ideológica de las opiniones del electorado tras el ascenso de las nuevas élites de derecha

Este artículo analiza el proceso de diferenciación ideológica en las opiniones del electorado brasileño tras la emergencia política de Jair Bolsonaro en 2018. Como resultado de la polarización política entre las élites, los votantes fueron incentivados a adoptar identidades ideológicas y opiniones coherentes con dichas identidades. Para demostrar este fenómeno, se analizaron datos del Estudio Electoral Brasileño (ESEB) correspondientes a los años 2014, 2018 y 2022. Estos datos muestran que las divergencias ideológicas respecto a dos temas políticamente sensibles —las cuotas raciales y la integridad del proceso electoral— solo se volvieron significativas después de alcanzar una alta visibilidad pública, impulsada por declaraciones de Jair Bolsonaro y de las nuevas élites de derecha. Un fenómeno similar pudo haber ocurrido en diversos temas culturales y económicos, según la evidencia de la encuesta de 2022. Estos hallazgos sugieren que el significado de las etiquetas ideológicas es fluido y está sujeto a una reinterpretación social continua.

Palabras clave: ideología; polarización política; etiquetas ideológicas; formación de opinión; cuotas raciales; proceso electoral.

Résumé

Différenciation idéologique des opinions de l'électorat après l'ascension des nouvelles élites de droite

Cet article analyse le processus de différenciation idéologique des opinions de l'électorat brésilien à la suite de l'émergence politique de Jair Bolsonaro en 2018. En raison de la polarisation politique au sein des élites, les électeurs ont été incités à adopter des identités idéologiques et des opinions cohérentes avec celles-ci. Afin de démontrer ce phénomène, des données de l'Étude Électorale Brésilienne (ESEB) pour les années 2014, 2018 et 2022 ont été analysées. Ces données montrent que les divergences idéologiques concernant deux questions politiquement sensibles — les quotas raciaux et l'intégrité du processus électoral — ne sont devenues significatives qu'après avoir acquis une forte visibilité publique, stimulée par les déclarations de Jair Bolsonaro et des nouvelles élites de droite. Un phénomène similaire a pu se produire concernant diverses questions culturelles et économiques, selon les données de l'enquête de 2022. Ces résultats suggèrent que la signification des étiquettes idéologiques est fluide et sujette à une réinterprétation sociale continue.

Mots-clés : idéologie ; polarisation politique ; étiquettes idéologiques ; formation de l'opinion ; quotas raciaux ; processus électoral.

Artigo submetido à publicação em 3 de setembro de 2024.

Artigo ressubmetido em 27 de agosto de 2025.

Versão final aprovada em 4 de dezembro de 2025.

Editora Associada: Fabíola Brigante Del Porto 

Editora-Chefe: Rachel Meneguello 

